

Cabeças Vazias

Com a última crise de governo, ficou o Ministério da Educação acéfalo. Fará tanta falta um ministro? Talvez não, a julgar pelo fato de que o dia-a-dia da educação não se interrompeu. Pode até estar mais tranqüilo: não havendo ministro, não há a quem apresentar reivindicações. As greves que liquidaram o ano letivo de 87 ficam um pouco desestimuladas.

Ter ou não ter ministro, portanto, talvez não seja o centro da questão. O que se vê é a baixa prioridade que a educação continua a receber na política e na psicologia do país.

O cargo está vago; e começa a ser disputado pelos mais esdrúxulos critérios. Mais uma vez, ao que tudo indica, a educação servirá de contrapeso em manobras políticas que não têm nada a ver com ela.

O fato não é de hoje. Basta examinar a escandalosa dança de ministros desde que a pasta foi criada. Eles duram, em média, pouco mais de um ano. Entram e saem sem qualquer relação com o assunto. O cargo serve para premiar políticos, para agradar a uma facção ou um Estado, para servir de "encosto" a políticos em trânsito ou temporariamente afastados das questões mais "urgentes".

Faz-se política com a educação; mas não se tem uma política para a educação.

Isso ainda podia entender-se em tempos mais calmos, quando a educação era uma espécie de "verniz" jogado sobre países que lutavam em outros setores. No caso do Brasil, a exportação de matérias-primas englobava quase todo o setor produtivo; e para plantar café ou cacau não se exigiam cursos de doutorado. Os fazendeiros enriqueciam com base no "senso prático" ou na astúcia; e deixavam aos filhos o luxo de se transformarem em doutores ou em críticos de arte.

Pelo visto, o Brasil continua a viver nesse período. Mas o mundo mudou. O próprio Presidente Sarney encaixou, num discurso feito na Venezuela, a afirmação de que "o mundo de amanhã pertence ao saber".

O Presidente é acadêmico. Deve, portanto, saber o que está dizendo. Mas, se pensa desta forma, esta foi mais uma das prometidas "reformas" que não aconteceram. Continua-se a fazer política com a educação, e não uma política para a educação.

Por toda parte — isto é, nos lugares onde as coisas estão realmente acontecendo —, a educação dispara como prioridade número um. No Japão, há muitas décadas que se resolveu o problema da educação. E ainda hoje, nas escolas japonesas, a competição é tão feroz que há quem afirme que não há mais infância no país.

Pode ser o outro extremo — e é triste saber que, no Japão, adolescentes e até crianças já recorreram ao suicídio como fuga a uma competição excessiva.

Aqui, não corremos esse risco. Alguém ouviu falar em suicídio por pressão da escola? Praticamente não houve escola, este ano, tantas foram as greves e interrupções da rotina. No país dos feriados, longas folgas estariam, de qualquer modo, garantidas.

Pais e alunos parecem, às vezes, participar do complot para a liquidação do que resta da escola brasileira. Sequer se começou a discutir seriamente a dialética ensino público/ensino particular. Por falta de ensino público, muitas escolas particulares estão recebendo um tipo de pressão que pode levá-las à falência: quer-se que elas ofereçam ensino barato a um nível que só o Estado pode oferecer.

Tanta carência sempre deixa espaço para a demagogia. No Rio de Janeiro do brizolismo, deu-se início a um projeto faraônico que foi a construção dos Cieps. Podia ser, teoricamente, uma revolução pedagógica. Mas não havia dinheiro para fazer os Cieps, nem para pagar os professores que os fariam funcionar. Construiu-se em ritmo febril, pedaços de escola que nem viriam a ser montados — porque não foram

feitos dentro de um cronograma racional. Enquanto assim se construía uma "Brasília pedagógica", a rede convencional de ensino caía aos pedaços, porque não havia interesse político em conservá-la.

Mas os Cieps são só um capítulo dos nossos equívocos em educação. Também não se discute a sério a universidade brasileira, que deveria ser o coroamento de um sistema de ensino. A questão da qualidade passa longe das universidades. Elas estão empenhadas em outros tipos de debate — como o da "democracia total", que embola professores, estudantes e funcionários em furiosas campanhas eleitorais. Pode ser muito democrático; resultará em bom ensino?

O democratismo fora de contexto pode acabar com o que ainda há de qualidade na universidade brasileira. Em qualquer país onde o assunto seja levado a sério, sabe-se que as universidades não podem ser todas iguais. Até pelo contrário: não sendo fabricadas em série (não deviam, pelo menos), o normal é que cada uma tenha o seu perfil, os seus objetivos preferenciais.

Todo país que se pretenda competitivo, no mundo de hoje, investe em alguns centros de excelência. Nesse terreno, não se pode raciocinar com a quantidade: é obrigatório privilegiar a qualidade.

Não se diga que isso não existiu no Brasil moderno: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, de São José dos Campos, marcou presença desde os anos 50. Era voz corrente que seus exames eram difficilimos, e que ali se preparavam especialistas no assunto. Disso resultou, com muita lógica, uma indústria aeronáutica que projetou o nome do país no exterior.

Uma andorinha não faz verão. O exemplo do ITA parece ter sido, antes, a exceção que confirma a regra. Continua-se a pensar na educação, por aqui, como o verniz que se oferecia, em outros tempos, às mocinhas de boa família para que não fizessem feio na vida social.

A isto deve somar-se a injustiça brutal representada pelos nossos desequilíbrios sociais. Uma política educacional levada a sério seria o caminho para começar a corrigir esses desníveis — um sistema de ensino público que, embora gratuito, tivesse condições de resgatar para a vida coletiva milhões de crianças que vêm dos territórios da miséria.

O sistema de ensino público, em vez disso, é o mais das vezes sinônimo de massacre. Por falta de qualidade, de conhecimento do problema, reprova em massa nas primeiras séries (isso quando chega a oferecer vagas às crianças carentes). O índice de evasão no primeiro degrau educativo é de mais de 50% — porque a criança que não teve uma boa experiência no início do sistema deixa de frequentá-lo, ou é retirada da escola por pais que estão interessados em aproveitá-la em outras tarefas.

Não se olhou a sério o ensino básico. Nem se olha a sério o ensino superior. A Revolução de 64 jogou verbas maciças em alguns pontos da província pedagógica — porque tinha interesses específicos na educação. Mas deixou que se arreventassem os portões da Universidade; e incompatibilizou-se com ela por motivos ideológicos. De fora, a universidade era olhada com desconfiança. De dentro (e justamente por causa dessa pressão), não havia como resistir à patrulha ideológica de um marxismo vulgar.

Pode ter diminuído, agora, a pressão ideológica; mas a universidade oficial continua à deriva, inchada de funcionários e de professores — alguns ganhando muito bem para não darem sequer uma aula.

São faces diferentes de um mesmo problema. O mundo do futuro pertence ao saber, disse o Presidente Sarney. Se assim é, estamos condenados, até que as coisas mudem bastante, a catar migalhas do passado; a cozinhar uma cultura e uma ciência de segunda mão.